

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1. Ato Constitutivo

- **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- **Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI:** ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- **Sociedade Simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- **Sociedade por Ações:** estatuto em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documentos de eleição dos atuais administradores;
- **Sucursal, filial ou agência:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante;
- **Sociedades Cíveis:** ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- **Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País:** decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

* Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2. Identificação dos sócios / representantes:

- Documento de identificação do (s) sócio (s) ou representante (s);

- Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), dispensado caso o número conste do documento de identificação.

2. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

2.1. CNPJ

- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

2.2. Certidão simplificada da Junta Comercial

- Expedida pela unidade da federação onde se encontra o domicílio ou sede do fornecedor pessoa jurídica, contendo extrato de informações que espelhem a situação atual da empresa, de acordo com os atos arquivados;
- Está dispensada a apresentação deste documento para aqueles enquadrados como **Microempreendedor Individual – MEI**, que apresentarem a certidão exigida no item nº 1.1 deste anexo.

2.3. Certidão conjunta de débitos relativos a Tributos Federais

- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- <https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>

2.4. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual / Municipal

- 2.4.1.** Prova de regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

2.5. Certidão de regularidade de débitos para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)

- CRF – Certificado de Regularidade do FGTS.
- <https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>

2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)

- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT) ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas (mesmos efeitos da CNDT), expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho, nos termos da Lei nº 12.440/2011 e ao Ato CGJT nº 1, de 21 de janeiro de 2022.
- <https://www.tst.jus.br/certidao1>

3. OUTRAS COMPROVAÇÕES

3.1. Declaração conjunta subscrita pelo representante legal da empresa (Anexo V):

- a) Para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.
- b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133/2021.
- c) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em atendimento ao disposto no artigo 63, § 1º da Lei 14.133/2021, sob pena de desclassificação do certame.
- d) Que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do edital em epígrafe nos termos do artigo 63, Inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Para microempresas ou empresas de pequeno porte:

- Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (Anexo VI).

ANEXO III

SUGESTÃO DE MODELO PARA A PROPOSTA

Edital de Dispensa Eletrônica nº: 23934/2025

Órgão Contratante: Prefeitura Municipal de Paulínia

DADOS DO PROPONENTE
RAZÃO SOCIAL:
CNPJ:
ENDEREÇO COMPLETO:
TELEFONE:
E-MAIL:

LOTE 01					
ITEM	QTDE	UNID	ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS	UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)
1.1	1	UNID.	EQUIPAMENTO MICROCONTROLADO DE RADIOFREQUÊNCIA PARA CORTE E COAGULAÇÃO DE TECIDOS, COM FREQUÊNCIA DE OPERAÇÃO NA FAIXA DE 4 MHZ, INDICADO PARA PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DIVERSOS, PROPORCIONANDO INCISÃO DE ALTA PRECISÃO, COM MÍNIMO SANGRAMENTO, RÁPIDA CICATRIZAÇÃO E MENOR FORMAÇÃO DE CICATRIZ HIPERTRÓFICA. O EQUIPAMENTO DEVERÁ CONTER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS MÍNIMAS: ➤ POTÊNCIA DE SAÍDA AJUSTÁVEL DE FORMA PRECISA, COM INCREMENTO MÍNIMO DE 1 WATT, ATÉ O LIMITE DE 100 WATTS;		



			➤ PAINEL COM TELA SENSÍVEL AO TOQUE (TOUCHSCREEN) EM LCD, COM INDICAÇÃO SIMULTÂNEA DAS FUNÇÕES ATIVAS E RESPECTIVOS NÍVEIS DE POTÊNCIA; ➤ MEMÓRIA INDEPENDENTE PARA NO MÍNIMO 8 DIFERENTES MODOS OPERACIONAIS CONFIGURÁVEIS; ➤ MODOS DE OPERAÇÃO: A) CORTE PURO; B) MISTOS DE CORTE E COAGULAÇÃO COM DIFERENTES PROPORÇÕES DE ENERGIA (EX.: 90/10%, 70/30%, 50/50%); C) COAGULAÇÃO PURA; D) COAGULAÇÃO COM EFEITO SPRAY; E) MODO BIPOLAR PARA CORTE E COAGULAÇÃO; ➤ SISTEMA DE SEGURANÇA COM MONITORAMENTO DA QUALIDADE DO CONTATO DA PLACA NEUTRA, COM BLOQUEIO AUTOMÁTICO DO EQUIPAMENTO EM CASO DE FALHA DE CONTATO OU DESCONEXÃO; ➤ SINALIZAÇÃO AUDIOVISUAL DISTINTA PARA OS MODOS DE CORTE E COAGULAÇÃO; ➤ CONTROLE DE VOLUME DO SINAL DE ATIVAÇÃO;		
--	--	--	---	--	--



			➤ ALIMENTAÇÃO BIVOLT AUTOMÁTICA (115/230V, 50/60HZ); ➤ GRAU DE PROTEÇÃO CONTRA CHOQUE ELÉTRICO CLASSE I E CONTRA RESPINGOS IPX1; ➤ PROTEÇÃO ELÉTRICA COM FUSÍVEL DUPLO; ➤ CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DO EQUIPAMENTO: CLASSE III, CONFORME NORMA NBR IEC 60601-2-2. MODO PULSADO: ➤ DEVE POSSUIR MODO PULSADO COM FREQUÊNCIA DE PULSO AJUSTÁVEL ENTRE 5 E 80 HZ; ➤ SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TEMPO DE RELAXAMENTO TÉRMICO (TRT), PARA MELHOR PRESERVAÇÃO DO TECIDO BIOLÓGICO. ACESSÓRIOS INCLUSOS: ➤ CANETA PORTA-ELETRODOS CIRÚRGICA REUTILIZÁVEL (AUTOCLAVÁVEL), COM CABO DE NO MÍNIMO 3 METROS; ➤ PEDAL DE ACIONAMENTO TRIPLO (CORTE, COAGULAÇÃO E ALTERNÂNCIA MONO/BIPOLAR), RESISTENTE À ÁGUA COM PROTEÇÃO MÍNIMA IPX7; ➤ PLACA NEUTRA REUTILIZÁVEL EM MATERIAL CONDUTIVO		
--	--	--	---	--	--



			RESISTENTE, COM CABO DE NO MÍNIMO 3 METROS; ➤ CONJUNTO DE ELETRODOS DIVERSOS PARA PROCEDIMENTOS GINECOLÓGICOS E GERAIS; ➤ CABO DE ALIMENTAÇÃO PADRÃO NACIONAL; ➤ MANUAL TÉCNICO DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS. CERTIFICAÇÕES E REQUISITOS NORMATIVOS: ➤ EQUIPAMENTO E FABRICANTE CERTIFICADOS CONFORME NORMAS DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO (BPF) DA ANVISA; ➤ CERTIFICAÇÃO CONFORME ISO 13485; ➤ EQUIPAMENTO EM CONFORMIDADE COM A NORMA NBR IEC 60601-2-2 PARA BISTURIS ELETRÔNICOS; ➤ REGISTRO OU PROTOCOLO DE SOLICITAÇÃO JUNTO À ANVISA OU PUBLICAÇÃO PENDENTE NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO.		
1.2	10	PÇ.	ELETRODO ELETROCIRÚRGICO PARA BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA TIPO ALÇA RETO CIRCULAR DE 7MM DE DIÂMETRO COM HASTE 50MM DE COMPRIMENTO E 1,8MM DE DIÂMETRO – AUTOCLAVÁVEL. MATERIAL: TUNGSTENIO.		



1.3	4	PÇ.	ELETRODO ELETROCIRÚRGICO PARA BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA TIPO FACA RETO COM HASTE 50MM DE COMPRIMENTO E 1,8MM DE DIÂMETRO – AUTOCLAVÁVEL. MATERIAL: TUNGSTENIO.		
1.4	8	PÇ.	ELETRODO ELETROCIRÚRGICO PARA BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA AGULHA RETO PONTA DE 0,5MM COM HASTE 50MM DE COMPRIMENTO E 1,8MM DE DIÂMETRO – AUTOCLAVÁVEL. MATERIAL: TUNGSTENIO.		
1.5	15	PEÇA	ALÇA ELETROCIRÚRGICA PARA BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA 15MM X 15 MM (LARG X PROF) – AUTOCLAVÁVEL. MATERIAL: TUNGSTENIO.		
1.6	10	PEÇA	ALÇA ELETROCIRÚRGICA PARA BISTURI DE ALTA FREQUÊNCIA 15MM X 10 MM (LARG X PROF) – AUTOCLAVÁVEL. MATERIAL: TUNGSTENIO.		
VALOR ESTIMADO DO LOTE 1				R\$	

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

PRAZO DE ENTREGA:

LOCAL DE ENTREGA:

FORMA DE PAGAMENTO:

Assinatura: _____



ANEXO IV
DADOS REFERENCIAIS

DADOS DO PROPONENTE	
RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	
ENDEREÇO:	
CIDADE / UF:	
CEP:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

DADOS DO(S) RESPONSÁVEL(IS) LEGAL(IS) / PROCURADOR DO PROPONENTE	
NOME COMPLETO	
R.G:	
C.P.F:	
FUNÇÃO NA EMPRESA:	
E-MAIL:	
TELEFONE:	
E-MAIL:	

DADOS BANCÁRIOS	
NOME DO BANCO:	
CÓDIGO DO BANCO:	
Nº DA AGÊNCIA:	
Nº DA CONTA CORRENTE:	



ANEXO V

DECLARAÇÕES PARA A FASE DE HABILITAÇÃO

_____(nome da empresa), inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ Órgão expedidor _____ e do C.P.F nº _____,

DECLARA QUE:

a) Para fins de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e que não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(assinalar com “x” a ressalva acima, caso verdadeira)

b) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme inciso IV do artigo 63 da Lei 14.133/2021.

c) Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, em atendimento ao disposto no artigo 63, § 1º da Lei 14.133/2021, sob pena de desclassificação da minha proposta do certame.

d) Que cumpre plenamente os requisitos da habilitação estabelecidos nas cláusulas do edital em epígrafe nos termos do artigo 63, Inc. I, da Lei nº 14.133/2021.

(Local e data) _____, ____ de _____ de 20____.

(representante legal – nome e cargo)



PAULÍNIA
PREFEITURA MUNICIPAL

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei (art. 299 CP), sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____ (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer os benefícios de que trata o Capítulo V da Lei, tendo receita bruta compatível com o que preconizam os incisos I e II do art. 3º e não incidindo em nenhum dos impedimentos do §4º do mesmo artigo.

(Local), ____ de _____ de 20__.

Assinatura do representante legal

Nome do representante: _____

RG do representante: _____